


DOS POTIGUARES AOS TAMOIOS: COMUNIDADES LINGUÍSTICAS INDÍGENAS NA *ARTE DE GRAMÁTICA DA LÍNGUA MAIS USADA NA COSTA DO BRASIL* (ANCHIETA, 1595)

Leonardo Ferreira Kaltner*

 <https://orcid.org/0000-0003-3690-3132>

Melyssa Cardozo Silva dos Santos**

 <https://orcid.org/0000-0003-0279-1611>

Como citar este artigo: KALTNER, L. F.; SANTOS, M. C. S. dos. Dos potiguares aos tamoios: comunidades linguísticas indígenas na *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (Anchieta, 1595). *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 1-17, set./dez. 2021. DOI 10.5935/1980-6914/eLETL2114714

Submissão: julho de 2021. **Aceite:** setembro de 2021.

Resumo: O estudo, na área de Linguística Missionária (LM), linha de pesquisas relacionada ao modelo teórico-metodológico da Historiografia da Linguística no Brasil, tem como objeto de análise o pensamento linguístico de S. José de Anchieta (1534-1597), autor da *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595). Analisamos o capítulo “das Letras” (1, 4-5) da gramática, e a descrição das comunidades linguísticas relacionadas à política missionária, interpretando excertos da obra e a delimitação entre potiguares e tamoios, apresentada pelo missionário humanista.

Palavras-chave: Linguística Missionária. Historiografia da Linguística. Gramatocografia. *Monumenta* Anchieta. Humanismo renascentista.

* Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil. E-mail: leonardokaltner@id.uff.br

** UFF, Niterói, RJ, Brasil. E-mail: cardozomelyssa@id.uff.br

LINGÜÍSTICA MISSIONÁRIA COMO MODELO DE ANÁLISE PARA OS MONUMENTA ANCHIETANA

■ **A** Linguística Missionária (LM) é uma das linhas de pesquisa interdisciplinares da disciplina de Historiografia da Linguística (HL), tomando-lhe de empréstimo o método e o modelo teórico (SWIGGERS, 2013), no Brasil. Não se constitui a LM como disciplina autônoma, no sentido estrito do termo, mas um tema de investigação. Este tema é caracterizado por seus objetos de pesquisa, ou pelo cânon linguístico analisado, enquanto *corpus* constitutivo para crítica e interpretação do desenvolvimento do pensamento linguístico¹, em contextos como a América portuguesa quinhentista².

Nesse aspecto, as obras do missionário e humanista S. José de Anchieta (1534-1597), intituladas *Monumenta Anchieta*, nas edições de Armando Cardoso, organizadas em volumes pelas Edições Loyola ao longo do século XX, são objeto da LM, sobretudo a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (ANCHIETA, 1595), que tem sido objeto de análise por linguistas que desenvolvem o campo da LM, como Otto Zwartjes (2011). Nesse sentido, há um *corpus* de gramáticas missionárias, em sua maioria de jesuítas portugueses, já coligido por Zwartjes, que são de interesse da LM:

A maior parte das obras dos missionários portugueses do período pré-moderno (séculos XVI a XVIII), sem dúvida, perdeu-se. No entanto, um corpus interessante de descrição de línguas muito diversas ainda subsiste. Inclui gramáticas de tâmil (dravidiano); concani, marathi e bengali (indo-ariano); japonês; kipeá-kiriri (macro-jê); tupinambá e a língua geral amazônica (tupi-guarani); kimbundu e sena (bantu); e finalmente árabe e hebraico. A maioria das gramáticas foi escrita por jesuítas, embora as gramáticas de árabe tenham sido escritas, principalmente, por frades franciscanos e a gramática de bengali tenha sido produto de um monge agostiniano (ZWARTJES, 2011, p. 1-2, tradução nossa)³.

Nas últimas décadas, o principal pesquisador internacional que tem desenvolvido a LM no cenário europeu é Otto Zwartjes, tendo sido o Centro de Documentação em Historiografia da Linguística (Cedoch) da Universidade de São Paulo (USP) pioneiro nas pesquisas do Brasil na área. Devemos ressaltar também o trabalho da pesquisadora Maria Carlota Rosa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que está entre as referências na área, em nível nacional (ROSA, 2013). Uma das questões teóricas relativas à LM que tem se levantado nos últimos anos é quais seriam o escopo e a delimitação do campo de investigação, seus métodos e processos de análise crítica, tendo em vista que as gramáticas missionárias, seu principal objeto de estudos, possuem um morfótipo textual (SWIGGERS, 2013) característico, como a obra gramatical anchietana apresenta.

1 O conceito de pensamento linguístico é traduzido de *linguistic thought*, categoria de análise elaborada por Pierre Swiggers (2013). Além do pensamento, a práxis linguística é tema de investigação da Historiografia da Linguística.

2 Preferimos a descrição do contexto sob o rótulo de América portuguesa quinhentista, tendo em vista que o Brasil quinhentista era administrado como colônia ultramarina, sendo um Estado integrante do Império Português. Nesse sentido, a história de Portugal e do Brasil confluem nesse período histórico.

3 Original: "Most of the works of the Portuguese missionaries in the pre-modern period (16th to 18th century) have doubtless been lost. However, an interesting corpus of treatments of very diverse languages is still extant. It includes grammars of Tamil (Dravidian); Konkani, Marathi and Bengali (Indo-Aryan); Japanese; Kipeá-Kiriri (Macro-Jê); Tupinambá and the Língua Geral Amazônica (Tupi-Guarani); Kimbundu and Sena (Bantu); and finally Arabic and Hebrew. Most of the grammars were written by Jesuits, although the Arabic grammars were mainly written by Franciscan monks and the Bengali grammar was the product of an Augustinian" (ZWARTJES, 2011, p. 1-2).

A clássica definição de Hovdhughen (1996 *apud* ZWARTJES, 2011) acerca da gramática missionária, no contexto de descrição linguística derivado do processo missionário, já foi problematizada por Zwartjes, mas oferece os parâmetros para a definição do principal objeto da LM, em uma busca pela definição desse morfótipo textual:

Uma gramática missionária é a descrição de um idioma específico criado como parte do trabalho missionário por missionários não nativos. É uma gramática pedagógica sincrônica que cobre a fonologia, a morfologia e a sintaxe com base em dados de um corpus oral principalmente (em alguns casos de textos religiosos – em sua maioria, traduzidos) (Hovdhaugen 1996^a: 15) (ZWARTJES, 2011, [n. p.], tradução nossa)⁴.

Em relação ao campo da LM, no Brasil, podemos traçar os limites de investigação, na seleção do *corpus*, a partir de análise da periodização do desenvolvimento do pensamento linguístico na América portuguesa, ainda no período colonial. O gramaticógrafo Ricardo Cavaliere apresenta, em síntese, os documentos coloniais que podem se enquadrar como tema da LM, entre os séculos XVI e XVII, período de maior atividade jesuítica na América portuguesa, sendo a obra anchietana a pedra angular da gramaticografia brasileira, nessa perspectiva:

Podem-se citar apenas uns poucos textos linguísticos escritos em terra brasileira ao longo dos três primeiros séculos da colonização, dentre eles a Arte de gramática da linguagem mais usada na costa do Brasil (1990 [1595]), de José de Anchieta (1534-1597), marco inicial da produção linguística brasileira do ponto de vista historiográfico, o Catecismo na língua brasílica (1952 [1618]), consolidado pelo Padre Antônio de Araújo (1566-1632) para uso na doutrinação do gentio, a Arte da língua brasílica (1621), do Padre Luís Figueira (1574-1643), a Arte de gramática da língua brasílica da nação kiriri (1699) do Padre Luís Vicêncio Mamiani, a Arte da língua de Angola (1697), do jesuíta Pedro Dias (1621-1700), um texto do final do século XVII [...] (CAVALIERE, 2012, p. 218).

Nesse sentido, acreditamos que, por ser uma linha de pesquisa derivada da disciplina de HL, o modelo teórico e aparato conceitual para análise crítica e interpretativa da LM, ou seja, sua epistemologia, vincule-se ao modelo de Koerner (1996) e de Swiggers (2013), debatido na constituição e adaptação de uma linguagem meta-historiográfica, no vernáculo português, como a que desenvolve Ronaldo Batista, na sistematização teórica da HL no Brasil (BATISTA, 2019). Nesse sentido, o aparato teórico da HL é o instrumental para a análise historiográfica da LM. Por sua vez, a linha de pesquisa da LM, no Brasil, refere-se a uma tradição linguística intercultural, pautada, sobretudo, nas relações entre Brasil e Europa, no contexto missionário e colonial, como debatemos mais a seguir, em pormenores, já na análise da obra de Anchieta. Esse tema, analisado em estudos anteriores, é fundamental para a interpretação crítica atual dos *Monumenta Anchieta* e de outros documentos linguísticos da América portuguesa (KALTNER, 2019a; KALTNER; SANTOS; TEIXEIRA, 2019; KALTNER, 2019b; KALTNER, 2020a, 2020b, 2020c, 2020d, 2020e; KALTNER, SANTOS, 2020).

⁴ Original: "A missionary grammar is a description of a particular language created as part of missionary work by non-native missionaries. It is a pedagogical, synchronic grammar covering phonology, morphology and syntax based on data mainly from an oral corpus (in a few cases from religious – mainly translated – texts) (Hovdhaugen 1996a: 15)" (ZWARTJES, 2011, [n. p.]).

Como o que caracteriza a linha de pesquisa da LM são seus temas e objetos de estudos, sendo a gramática missionária o seu principal objeto de reflexão, é escopo de sua investigação analisar os aspectos interculturais da política missionária. Logo, a gramática missionária, enquanto instrumento para a catequese e doutrinação cristã, é conceito central na organização da linha de pesquisa, tendo em vista que esse morfótipo textual surge em um cenário posterior às gramáticas humanísticas vernaculares europeias, como as obras de António de Nebrija (1444-1522) e de João de Barros (1496-1570).

As gramáticas humanísticas, latinas e vernaculares, formam um modelo que se desenvolve no contexto do Humanismo renascentista, como corrente de pensamento, sendo esse um período posterior às gramáticas especulativas medievais. As obras dos modistas na Europa, influenciadas por um modelo escolástico aristotélico-tomista, estavam restritas ao latim⁵. Após a publicação das obras de Nebrija, no bojo do movimento renascentista dos séculos XV e XVI, as gramáticas humanísticas se desenvolvem em todo o contexto europeu. A obra gramatical de Manuel Álvares, de 1572, foi muito influente no padrão de organização das gramáticas missionárias, inclusive no cenário intelectual da América portuguesa, até o século XVIII:

Em Portugal, a gramática latina conheceu um desenvolvimento crescente a partir do final do século XV, com um incremento significativo na segunda metade do século XVI. A gramática do jesuíta Manuel Álvares, intitulada Emmanvelis Alvares Societate Iesv de institvione grammatica libri tres (Lisboa, 1572), contribuiu muito para isso, uma vez que se espalhou rapidamente por todos os continentes e atingiu números editoriais verdadeiramente impressionantes (ASSUNÇÃO; TOYOSHIMA, 2021, p. 437).

As gramáticas missionárias, derivadas de uma intelectualidade institucionalizada por ordens religiosas, sobretudo por jesuítas, após o desenvolvimento da gramática humanística, entram em declínio após a secularização iluminista oitocentista. No período subsequente, a intelectualidade iluminista passa a desenvolver um novo modelo, a gramática racionalista, de cunho filosófico, e não há mais publicações de gramáticas missionárias, com uma finalidade estrita, teológica e catequética (CAVALIERE, 2012).

Grosso modo, a tradição das gramáticas missionárias desenvolve-se entre os séculos XVI e XVIII, em um período de grande atividade missionária jesuítica, para a descrição de línguas extraeuropeias. Em síntese, seu modelo ordena-se a partir de um superstrato gramatical de base latina, tendo a obra de Manuel Álvares como uma das principais influências, junto aos gramáticos humanistas que descreveram o vernáculo, como João de Barros, e mesmo Nebrija, entre outros.

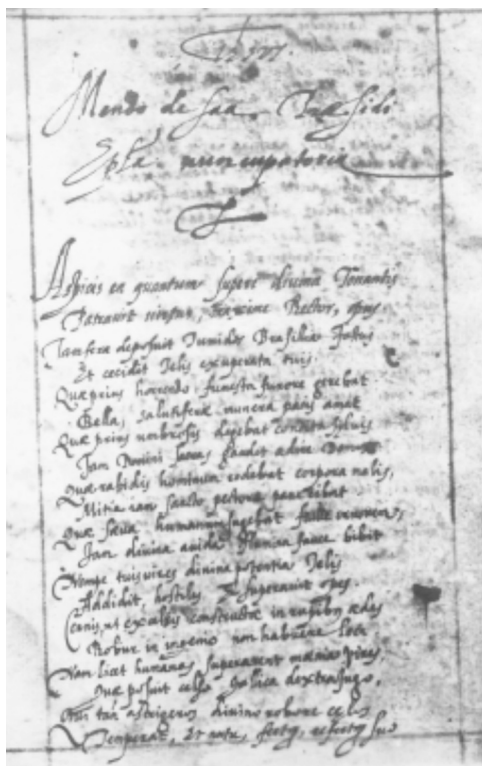
5 A *Gramática da língua portuguesa*, de 1536, do Frei Fernão de Oliveira (1507-1581), não pode ser considerada uma arte gramatical do ponto de vista humanístico, pelo fato de não sistematizar a língua, antes compondo-se de comentários sobre a língua, alguns de natureza especulativa, com nítida inspiração em modelos itálicos (BUESCU, 1984, p. 14-16).

Na América portuguesa quinhentista, a obra gramatical de S. José de Anchieta (1534-1597), a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (ANCHIETA, 1990[1595]) enquadra-se no campo de pesquisas e no escopo da LM. Contudo, convém problematizar como as demais fontes dos *Monumenta Anchieta*, as obras completas de Anchieta, que incluem a literatura novilatina, as cartas e seu teatro, servem, indiretamente, à descrição do seu pensamento linguístico, ao menos como fontes secundárias.

As obras literárias novilatinas refletem o conhecimento linguístico das latinidades por Anchieta, e da gramática latina, por exemplo, podendo ser importantes na interpretação da gramática anchietana pela LM, em relação aos metatermos latinos da gramática. Anchieta não escreveu gramáticas de vernáculos europeus, como o português e o castelhano, nem do latim humanístico, mas produziu obras literárias e com temática missionária nessas línguas. Podemos destacar os textos *De gestis Mendi de Saa* (Feitos de Mem de Sá), *De beata Virgine Dei Matre Maria* (A bem-aventurada Virgem Maria Mãe de Deus), *De eucharistia* (A eucaristia) e outros poemas novilatinos de menor extensão, que se encontram coligidos em um único documento, o manuscrito de Algorta (KALTNER, 2020a).

Culturalmente, a vinculação das obras anchietanas à corrente de pensamento do humanismo renascentista português, graças à sua formação no Real Colégio das Artes de Coimbra, dá-nos evidências de quais competências linguísticas se faziam prestigiadas e relevantes no contexto missionário da América portuguesa quinhentista. O uso da língua vernacular portuguesa para alfabetização e catequese, o uso do latim humanístico para o ensino de gramática latina e para a prática literária e, por fim, o uso da língua indígena para o contato linguístico intercultural, que poderia redundar na catequese, são registrados nos *Monumenta Anchieta*, que apresentam também o registro do castelhano quinhentista.

Podemos, a partir dos *Monumenta Anchieta*, de um modo geral, analisar o pensamento linguístico de Anchieta e o clima intelectual de sua época, inferindo quais modalidades do vernáculo português, do castelhano e mesmo do latim humanístico eram ensinadas nas instituições missionárias em que Anchieta atuou na América portuguesa como professor de humanidades. Nesse sentido, devemos buscar compreender o *corpus* de textos que compõe os *Monumenta Anchieta* como obra de cunho didático, no sentido humanístico de seu contexto de usuários (SWIGGERS, 2013). Assim, ainda que Anchieta não tenha escrito gramáticas vernaculares de línguas europeias, ou mesmo uma gramática de latim, suas obras demonstram o pensamento linguístico de sua formação renascentista, o clima intelectual em que a expressão literária se vinculava à educação humanística.

Figura 1 – Primeira página do manuscrito de Algorta

Fonte: Anchieta (1934, p. 1).

O manuscrito de Algorta organiza-se como um caderno de textos para o estudo de latinidades, sendo a compilação das obras literárias novilatinas de Anchieta, nesse único manuscrito, talvez a indicação de obras que tivessem, em conjunto, um cunho didático no ensino de latim humanístico na América portuguesa quinhentista. É provável que a sequência de textos do manuscrito fosse motivada, para o ensino progressivo dos gêneros poéticos clássicos, e seus metros variados no verso latino, no contexto da política missionária, pois toda a prática letrada colonial estava institucionalizada nas escolas e nos colégios missionários⁶, no período quinhentista.

Apenas um aporte teórico interdisciplinar pode interpretar criticamente o pensamento linguístico de Anchieta, em relação às obras literárias novilatinas, o que não é tema central do artigo, servindo-nos mais a título de contextualização do clima intelectual da América portuguesa quinhentista. A gramática anchietana é produto desse clima intelectual, no ambiente cultural de uma recepção da *Respublica Litteraria* (República das Letras)⁷ na colônia ultramarina. Portanto, de modo geral, as práticas literárias e a gramaticografia humanística,

6 Escolas de alfabetização (*ludus*) e colégios jesuíticos (*collegium*) se distinguem no modelo educacional do período colonial.

7 *Respublica Litteraria* é conceito ciceroniano, que significa, grosso modo, o ensino de línguas conjugado à prática literária, à interpretação de poetas, à redação de poemas, tendo sido o modelo educacional grego a fonte inicial desse conceito, contextualizado no uso da obra de Homero para o ensino das primeiras letras (MIRANDA, 2011).

nesse contexto colonial, podem ser interpretadas sob o viés de uma concepção educacional ciceroniana, de conceitos fundamentais para os humanistas europeus do século XVI, como os *studia humanitatis* (estudos humanísticos) e a *humanitas* (humanidades) (SANTOS, 2021). Esse espírito pedagógico estava presente também na fundação do Real Colégio das Artes de Coimbra em 1548, conforme o *De liberalium artium studiis oratio* (Discurso sobre os estudos das artes liberais), do humanista Arnaldo Fabrício, proferido na abertura do primeiro ano letivo da instituição, na qual Anchieta estudara:

[...] ao fazer o elogio das letras cultivadas naquela respublica litteraria, Fabrício não se refere apenas às bonae litterae, mas antes à humanitas litterarum (§79), isto é, uma “cultura humanística” (mais do que uma “cultura literária”) que segundo ele, crescera por obra de André de Gouveia, ao abrigo do Colégio de Guêna e haveria de crescer em Coimbra, ao abrigo do Colégio das Artes. Dir-se-ia que Arnaldo Fabrício se inspirara em Cícero para, como ele, fazer o mesmo elogio das letras, das suas qualidades como alimento individual para cultivo do espírito, da sua utilidade social e colectiva (MIRANDA, 2011, p. 28).

O espírito humanístico quinhentista, de culto às humanidades ciceronianas, e mesmo das disciplinas escolásticas, que formavam o *trivium* e o *quadrivium*, acrescidos dos estudos teológicos e filosóficos, de base aristotélica, imperava no Real Colégio das Artes de Coimbra (MIRANDA, 2011), de que Anchieta foi egresso. Esse sistema de disciplinas orientava a visão educacional de Nóbrega, superior de Anchieta, nessa primeira fase da *Societas Jesu* (Companhia de Jesus). Para a compreensão do pensamento linguístico e da política missionária na América portuguesa quinhentista, a partir da LM, investigar o humanismo renascentista português é de suma importância, para aquilatar a vinculação cultural das obras dos *Monumenta Anchieta* à sua corrente de pensamento.

DOS POTIGUARES AOS TAMOIOS: O ALCANCE DA GRAMÁTICA ANCHIETANA

Podemos compreender a extensão geográfica da língua dos indígenas de cultura tupinambá⁸, ou tupi antigo, descrita por Anchieta, a partir da própria gramática anchietana, em que o humanista descreve essa comunidade linguística indígena, e a sua extensão na América portuguesa quinhentista. No primeiro capítulo da gramática anchietana, intitulado “das Letras” (1, 4-5)⁹, temos os critérios de transcrição da língua de contato com os indígenas de cultura tupinambá, por meio da adoção do sistema gráfico do alfabeto latino (KALTNER, 2020d). Nesse mesmo capítulo, Anchieta põe como limite de extensão geográfica da língua descrita os indígenas potiguares na Paraíba, ao norte, e os tamoios do Rio de Janeiro, ao sul.

Esse primeiro capítulo é um dos mais complexos da gramática, pois Anchieta vale-se de elementos e perspectivas diversas para apontar as especificidades na adoção do sistema gráfico latino-português, para a representação dos fonemas da língua indígena. O tupinólogo Eduardo Tuffani já sintetizou e descreveu essa questão linguística e geográfica sobre o limite da língua descrito por Anchieta:

8 A descrição das comunidades indígenas diversificadas da costa da América portuguesa quinhentista como pertencentes à cultura tupinambá (RODRIGUES, 1958) encontra apoio na descrição linguística desse contexto desde Varnhagen (1877, p. 15-19).

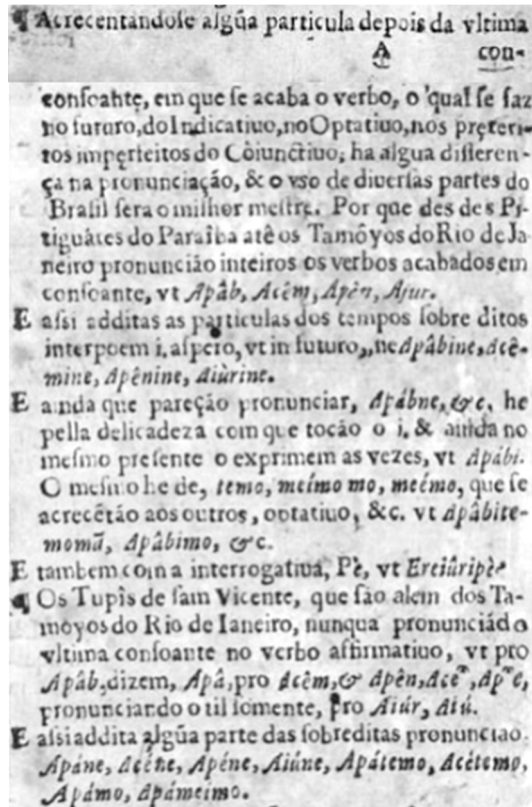
9 A numeração é tirada de Platzmann (1874, 1876).

Uma vez que a ocupação da costa brasileira não se deu simultaneamente, acrescentando-se a isso a mobilidade de algumas tribos, torna-se impreciso fornecer as localizações dos principais povos tupis num dado momento, razão pela qual se dão aqui as tribos delimitadas nos territórios em que sofreram contatos mais intensos: tupinambá, entre os rios Tocantins e Parnaíba; potiguar, Parnaíba e rio Paraíba; caeté, Paraíba e São Francisco; tupinambá, São Francisco e Baía de Camamu; tupiniquim, Camamu e rio São Mateus; tamoio, Cabo de São Tomé e Angra dos Reis. Algumas tribos tupis do interior confinavam com outras do litoral: amoipira com caeté, e tupinaé com tupinambá da Bahia. Mencionam-se ainda temiminó no Espírito Santo e tupiniquim em São Vicente (TUFFANI, 1994, p. 97).

Nesse capítulo inicial da gramática, Anchieta registra, além da descrição da língua, dita a mais usada na costa do Brasil, uma variante linguística da nação tupi. Para diferenciar a língua e sua variante, o fenômeno fonético descrito é a apócope da consoante final, no radical dos verbos consonânticos, inclusive nos tempos verbais que apresentam sufixos, como veremos mais adiante. Anchieta não se vale do metatermo apócope, mas o metaplasmo se encontra em gramáticas quinhentistas, como a de Manuel Álvares (1823 [1572], p. 412): “*Apocope fini dictionis aliquíd detrahít, ut tuguri, pro tugurii, oti, pro otii*” (A apócope subtrai algo no fim da palavra, como *tuguri*, em lugar de *tugurii*, *oti*, em lugar de *otii*).

Os povos indígenas de cultura tupinambá compartilhavam a mesma língua em um território bem diversificado, o que encontramos descrito na obra de outro jesuíta, Fernão Cardim, posterior à época da chegada de Anchieta à América portuguesa. Na gramática de Anchieta, o contexto das comunidades linguísticas é descrito pelas regiões limítrofes da costa do Brasil, dos potiguares da Paraíba até os tamoios do Rio de Janeiro, registrando-se a variante linguística na região da comunidade linguística tupi de São Vicente, sem citar maiores informações sobre a diversidade linguística de seu contexto.

A gramática de Anchieta concentra grande parte de seus capítulos na descrição do sistema verbal da língua indígena, sendo o elemento mais complexo e mesmo diverso em relação ao sistema latino-português utilizado na gramatização da língua (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2017). A partir do fenômeno fonético da apócope nos verbos consonânticos, que demarca a variante da nação tupi de São Vicente, Anchieta delimita a extensão do uso da língua. Descreve, assim, o missionário as comunidades linguísticas limítrofes dos povos indígenas de cultura tupinambá, que compartilhavam a mesma língua, no contexto linguístico do século XVI. O verbo *jucá* (matar) é o paradigma principal para a descrição dos verbos regulares na gramática, sendo descrito no capítulo VI da obra (ANCHIETA, 1990[1595]).

Figura 2 – Excerto da gramática anchietana

Fonte: Anchieta (1595).

4. Acrescentando-se alguma partícula depois da última consoante, em que se acaba o verbo, o qual se faz no futuro do indicativo, no optativo, nos pretéritos imperfeitos I e II do conjuntivo, há alguma diferença na pronúncia, e o uso de diversas partes do Brasil será o melhor mestre. Por isso, desde os potiguares da Paraíba, até os tamoios do Rio de Janeiro, pronunciam-se inteiros os verbos acabados em consoante, como Apáb (eu me acabo¹⁰), Acém (eu saio / eu me rendo), Apén (eu quebro), Aiur (eu venho).

E assim, adicionadas as partículas dos tempos sobreditos interpõem um i, áspero, como no futuro, em -ne: Apábine (eu me acabarei), Acémine (eu sairei / eu me renderei), Apénine (eu quebrarei), Aiürine (eu virei).

E ainda que pareçam pronunciar Apábne (eu me acabarei) etc., isto ocorre pela delicadeza com que tocam o i etc. Ainda no mesmo presente o exprimem às vezes como Apábi (eu me acabo).

¹⁰ A tradução dos tempos verbais e suas equivalências é tarefa filológica complexa, no âmbito da tupinologia, e depende, sobretudo, de uma análise no nível oracional, para a apreensão de significado e de aspectos verbais, o que não ocorre na apresentação dos verbos por Anchieta, fora de um contexto frasal. Seguimos a própria lição de Anchieta na gramática (ANCHIETA, 1595, p. 17v-18v), porém, notando as diferenças entre sua descrição dos tempos verbais na língua indígena e no vernáculo português. A tradução oitocentista de Platzmann (1874, 1876) apresenta valores temporais diversos, em língua alemã, o que apresentamos na segunda possibilidade de tradução dos verbos. Para o sentido, encontramos o significado do radical verbal conforme a lição do *Vocabulário da língua brasileira*, presente na obra de Lemos Barbosa e no dicionário mais recente de Navarro (2013).

O mesmo ocorre em *temo*, *meimo*, *mo*, *meêmo* que se acrescentam aos outros, *optativo etc.*, como *Apábitemomã* (se eu me acabasse / que eu tenha me acabado), *Apábimo* (eu acabar-me-ia) etc.

E com a interrogativa *Pê*, como *Ereiúripê?* (Você vem?)

5. Os tupis de São Vicente, que são além dos tamoios do Rio de Janeiro, nunca pronunciam a última consoante no verbo afirmativo, conforme dizem *Apá* (eu me acabo), no lugar de *Apáb*, e, no lugar de *Acém* (eu saio / eu me rendo), dizem *Acê*, e no lugar de *Apén* (eu quebro) dizem *Apê*, pronunciando o *til* levemente, no lugar de *Aiúr* (eu venho) dizem *Aiú*.

E assim, adicionada alguma das partículas sobreditas pronunciam *Apáne* (eu me acabarei), *Acéne* (eu sairei / eu me renderei), *Apéne* (eu quebrarei), *Aiúne* (eu virei), *Apátemo* (se eu me acabasse / que eu tenha me acabado), *Acétemo* (se eu saísse / que eu tenha saído; se eu me rendesse / que eu tenha me rendido), *Apámo* (eu acabar-me-ia) e *Apámeimo* (eu teria me acabado) (ANCHIETA, 1595, p. 1v).

Anchieta utiliza-se do metatermo “partícula” para morfemas, em geral, como o sistema de desinências verbais da língua indígena. O metatermo verbo, uma das partes da oração, empregado por Anchieta, nesse sentido, equivale a radical, em uma adequação teórica (KOERNER, 1996), quando o humanista afirma que a partícula é adicionada à última consoante do verbo, fenômeno morfológico que ocorre na formação dos tempos do futuro do indicativo, do optativo e nos pretéritos imperfeitos do conjuntivo. O optativo e o conjuntivo são equivalentes ao subjuntivo, também na gramática latina (ÁLVARES, 1823 [1572]). Anchieta ainda anota sutis diferenças de pronúncia entre os tupis de São Vicente e as demais comunidades linguísticas, que acarretariam variantes na composição verbal.

Manuel Álvares define, assim, o optativo: “*optativus modus, qui ab optando nomen accipit, optandi poscit particulas*” (o modo optativo, ou desiderativo, que recebe esse nome de optar, desejar, precisa de partículas de optar, desejar) (ÁLVARES, 1823 [1572], p. 65). Como exemplo, apresenta os verbos no subjuntivo, com expressões como *utinam* (que). Já o conjuntivo é marcado pelo uso do que conhecemos como modo subjuntivo em orações subordinadas, com conectivos como *ut, quod, cum*: “*Grammatici modum hunc conjunctivum, adjunctivum, subjunctivum appellant*” (os gramáticos chamam este modo conjuntivo, adjuntivo ou subjuntivo) (ÁLVARES, 1823 [1572], p. 67).

Como a língua descrita é a mais usada na costa do Brasil, conforme o título da gramática, Anchieta descreve uma linha geométrica e geográfica imaginária costeira, no eixo vertical do território da América portuguesa quinhentista, cujas fronteiras linguísticas são demarcadas, ao norte, pelos potiguares na Paraíba e, ao sul, pelos tamoios no Rio de Janeiro. Se tomarmos essas referências geográficas, percebemos que a língua descrita se limita à região costeira, da Paraíba até o Rio de Janeiro, habitando os indígenas potiguares na fronteira norte da colônia quinhentista, e os tamoios na fronteira sul. Assim, a língua, usada nesse recorte geográfico costeiro da América portuguesa quinhentista, é a língua descrita por Anchieta.

O fato linguístico que delimita a identidade dessa comunidade linguística é a pronúncia dos verbos com radical consonântico, e Anchieta cita quatro verbos como exemplos, apresentados na primeira pessoa do singular, no presente do indicativo, inicialmente. Apresentar o paradigma verbal pela primeira pessoa

do singular, no presente do indicativo, era prática corrente na descrição da língua latina no período humanístico, o que segue a descrição verbal em obras gramaticais medievais como a de Donatus, por exemplo. Na gramática de Anchieta, não há a tradução dos verbos, nem de outros exemplos na língua indígena, o que pode ser interpretado, culturalmente, sob diversas perspectivas, não havendo indícios da motivação da ausência de tradução.

Podemos fazer a tradução dos vocábulos a partir da tradução alemã oitocentista de Julius Platzmann (1874, 1876), da comparação com o *Vocabulário da língua brasílica* (VLB), com *Glossaria linguarum brasiliensium*, de Martius, e mais modernamente com as pesquisas de Pe. Lemos Barbosa e Eduardo Navarro (2013). Como as palavras apresentadas não estão em um contexto frasal, o sentido original não pode ser aferido com precisão, sendo sempre possível uma tradução aproximada e geral, pelo método de comparação das fontes da língua. A gramática de Figueira, do século XVII, que sucedeu a obra de Anchieta, apresenta alguns vocábulos bilíngues, já com tradução, mas os exemplos empregados não são os mesmos da gramática quinhentista de Anchieta.

Na sequência de sua descrição da língua, Anchieta apresenta os verbos na formação do tempo do futuro do indicativo, exemplificando a construção. O morfema que marca o futuro é *-ne*, e o fenômeno observado é a epêntese de um *i* áspero, ou átono, nos quatro exemplos: *A-páb-i-ne*, *A-cém-i-ne*, *A-pén-i-ne*, *A-iür-i-ne*. Note-se a primeira pessoa do singular marcada pela desinência pessoal *A-* (eu, equivalente ao morfema *-o*, da primeira pessoa do singular em português). Em uma perspectiva estruturalista, podemos subdividir os morfemas, a fim de compreender o sintagma verbal, algo que Anchieta apresenta, no morfema, ou partícula, *-ne*, e que se pode deduzir a partir do processo de analogia, já conhecido pela lógica aristotélica e pela especulação medieval. Anchieta reforça a delicadeza com que o *i* é pronunciado, fruto de uma sutil observação da fala indígena, apresentando ainda uma outra variante *Apábi*, no presente do indicativo.

Por analogia, Anchieta apresenta as formações do optativo do verbo consonântico da língua indígena, apresentando outros paradigmas, em que o mesmo fenômeno é observado, com a vogal *i* epentética. Por fim, encerrando a sua retórica argumentativa acerca do fenômeno da epêntese da vogal *i*, no radical dos verbos consonânticos, Anchieta encerra esse tema descritivo na gramática. O conceito de epêntese também é descrito na gramática de Álvares, sendo conhecido pelos gramáticos humanistas: “*Epenthesis est cum medio dictionis littera, aut syllaba interjicitur, ut reliquiae pro reliquiae*” (Ocorre a epêntese quando uma letra ou sílaba é introjetada no meio da palavra, como *reliquiae*, com dois *ll*, no lugar de *reliquiae*) (ÁLVARES, 1823 [1572], p. 412). O tema tratado de forma subsequente estende a descrição da língua indígena até os tupis de São Vicente, que já não ocupam propriamente a costa do Brasil, e mais para o sertão formam uma área em que os projetos coloniais dos portugueses e dos castelhanos se encontravam.

Note-se que os tupis, próximos aos carijós, aos guaranis, valiam-se da mesma língua dos indígenas de cultura tupinambá, como os potiguares e os tamoios, com algumas diferenças, como a apócope da consoante final dos verbos consonânticos. Anchieta apresenta os mesmos verbos, marcando o fenômeno fonético, e por indução, apresenta a formação do futuro do indicativo, que pode ser comparado por analogia com a língua já descrita. Essa sistematização lógica e organizada é um padrão da gramática humanística, que sintetiza as infor-

mações, valendo-se de paradigmas associativos, série de exemplos, e deixa as conclusões especulativas para os leitores da obra.

Dessa forma, Anchieta demonstra, de forma indutiva, que os indígenas tupis de São Vicente estão mais próximos das comunidades linguísticas de cultura tupinambá, delimitados, na costa do Brasil, pelos potiguares ao norte e pelos tamoios ao sul. Nesse sentido, a proximidade linguística e parentesco dos indígenas de São Vicente com os indígenas da costa do Brasil justificariam uma ação missionária portuguesa na região, em território dividido com os carijós, os guaranis e missionários castelhanos.

Essa retórica na gramática de Anchieta, que compara as línguas das nações costeiras com os indígenas de São Vicente, era importante para um território ainda em disputa pelos projetos coloniais e missionários de espanhóis e portugueses, e que redundariam no sucesso da ocupação portuguesa da região. Os indígenas tupis teriam sido grandes aliados dos portugueses, em um cenário em que franciscanos espanhóis teriam desenvolvido missões e alianças com indígenas carijós, no território de *Mbiaçá*, na atual Santa Catarina, entre 1534 e 1548. Com a presença jesuítica portuguesa na região, São Vicente seria incorporada e ocupada pelo projeto colonial português do Estado do Brasil, à época. A língua da nação tupi seria utilizada nas obras literárias de Anchieta, como o teatro catequético (NAVARRO, 2013).

FERNÃO CARDIM E A LÍNGUA DAS DEZ NAÇÕES EM 1584

O jesuíta Fernão Cardim (1540-1625), como visitador, relata o cenário das comunidades indígenas da América portuguesa quinhentista no ano de 1584 em sua obra *Tratados da terra e da gente do Brasil* (CARDIM, 1925 [1583-1601]). Escrita no gênero discursivo tratado, a obra quinhentista, de teor enciclopédico, consiste em cartas descritivas, com a visão de mundo e conhecimento científico da sua época, a Europa e o Brasil do século XVI. Há na obra um capítulo intitulado “Da diversidade de nações e de línguas”, que não esgota o tema das comunidades linguísticas indígenas, mas apresenta um somatório de conhecimentos dos missionários jesuítas e colonizadores, contextualizando o cenário que Anchieta descreveu em sua gramática.

Como a história da América portuguesa quinhentista é muito complexa e dinâmica, devemos notar que o contexto linguístico descrito por Anchieta é referente ao período entre 1554 e 1556, em que, provavelmente, escreveu a gramática, publicada na tipografia de Coimbra em 1595 (ANCHIETA, 1990 [1595]); já o cenário e o contexto descritos por Fernão Cardim referem-se ao ano de 1584. No ano seguinte, em 1585, Anchieta também relata o cenário da política missionária na América portuguesa, em carta. O relato de Fernão Cardim, enquanto testemunho histórico, auxilia-nos a contextualizar a gramática anchietana, sobretudo o excerto analisado do capítulo inicial, em que delimita as comunidades linguísticas que se valem da língua descrita.

Vejam alguns excertos destacados da descrição de Cardim, em relação a esse contexto. Utilizamos a edição de 1925, com a atualização ortográfica e vocabular de passos mais difíceis, tendo em vista que nosso objetivo não é de crítica textual ao documento. Cardim cita o fato linguístico de que na América portuguesa quinhentista havia diversas línguas, porém, uma era predominante na costa, falada por cerca de dez nações indígenas:

Em toda esta província há muitas e várias nações de diferentes línguas, porém uma é a principal, que compreende algumas dez nações de índios: estes vivem na costa do mar, e em uma grande corda do sertão, porém são todos esses de uma só língua ainda que em algumas palavras discrepam e esta é a que entendem os portugueses; é fácil, e elegante, e suave, e copiosa, a dificuldade dela está em ter muitas composições; porém dos portugueses, quase todos os que vêm do Reino e estão cá de assento e comunicação com os índios a sabem em breve tempo, e os filhos dos portugueses cá nascidos a sabem melhor que os portugueses [...] (CARDIM, 1925 [1583-1601], p. 194-195).

Cardim narra o fato de que o contato linguístico era comum entre essas comunidades linguísticas de cultura tupinambá e os europeus. Tornaram-se algumas dessas comunidades aliadas dos portugueses na expansão do projeto colonial da América portuguesa quinhentista, que se desenvolve em maior proporção, a partir de 1534, com as capitânicas hereditárias, tendo sua maior expansão a partir do Governo-Geral, em 1549. O cenário que Cardim relata, em 1584, ocorre após quatro décadas de contato linguístico e de política colonial. Sucessivos conflitos, tendo alguns grupamentos indígenas como aliados, e outros como inimigos, despovoaram a costa do Brasil da presença dos indígenas de cultura tupinambá, levando as comunidades indígenas sobreviventes para o sertão da colônia:

[...] assim homens como mulheres, principalmente na Capitania de São Vicente, e com essas dez nações de índios têm os padres comunicação por lhes saberem a língua, e serem mais domésticos e bem inclinados: estes foram e são os amigos antigos dos portugueses, com cuja ajuda e armas conquistaram esta terra, pelejando contra seus próprios parentes, e outras diversas nações bárbaras, e eram tantos os desta casta que parecia impossível poderem-se extinguir, porém os portugueses lhes têm dado tal pressa que quase todos são mortos e lhes têm tal medo que despovoam a costa e fogem pelo sertão adentro até trezentas a quatrocentas léguas (CARDIM, 1925 [1583-1601], p. 195).

Cardim enumerou as dez principais nações de indígenas de cultura tupinambá que se valiam da mesma língua na costa do Brasil, iniciando com uma linha imaginária vertical no litoral. Iniciou seu relato, como Anchieta na gramática, com os potiguares da Paraíba:

Os primeiros dessa língua se chamam potiguaras senhores da Paraíba, trinta léguas de Pernambuco, senhores do melhor pau do Brasil e grandes amigos dos franceses, e com eles contrataram até agora, casando com eles suas filhas; mas agora na era de 84 foi a Paraíba tomada por Diogo Flores, general de sua majestade, botando os franceses fora, e deixou um forte com cem soldados [...] (CARDIM, 1925 [1583-1601], p. 195).

Na sequência, Cardim cita a região de Pernambuco e a nação indígena viatã: “perto desses vivia grande multidão de gentio que chamam Viatã, destes já não há nenhuns” (CARDIM, 1925 [1583-1601], p. 195). Já na região da atual Bahia, os tupinambás habitavam de Rio Real até Ilhéus, também na região de Camamu e Tinarê. Havia também a nação dos caetés, na região do rio São Francisco, e outra nação, dos tupiniquins, que viviam entre Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo:

Outros há a que chamam tupinambas: estes habitam do Rio Real até junto dos Ilhéus; estes entre si eram também contrários, os da Bahia com os do Camamu e Tinharê. Por uma corda do Rio de São Francisco vivia outra nação a que chamavam Caetés, e também havia contrários entre estes e os de Pernambuco. Dos Ilhéus, Porto Seguro até Espírito Santo habitava outra nação, que chamavam tupinaquim; estes procederam dos de Pernambuco e se espalharam por uma corda do sertão, multiplicando grandemente, mas já são poucos (CARDIM, 1925 [1583-1601], p. 196-197).

Cardim cita outra nação indígena, os tupiguaés, que habitavam do sertão de São Vicente até Pernambuco. A escravização de indígenas dessa nação os colocou em diáspora no território da América portuguesa quinhentista, dispersando os sobreviventes no sertão mais adentro. Também utilizavam a mesma língua das comunidades costeiras de cultura tupinambá. Vizinha aos indígenas tupiguaés, havia outra nação, chamada de apigapitanga e muriapitanga e outra, contrária aos indígenas tupiniquins, chamada de guaracaio ou itati:

Há outra nação parente destes, que corre do sertão de São Vicente até Pernambuco, a que chamam tupiguae: estes eram sem número, vão-se acabando, porque os portugueses os vão buscar para se servirem deles, e os que lhes escapam fogem para muito longe, por não serem escravos. Há outra nação vizinha a estes, que chamam apigapitanga e muriapitanga. Também há outra nação contrária aos tupinaquins, que chamam guaracaio ou itati (CARDIM, 1925 [1583-1601], p. 197).

No Espírito Santo, habitavam os indígenas da nação temiminó, mais ao sul; no limite da costa da colônia, descrita por Anchieta, habitavam os tamoios no Rio de Janeiro. Cardim apresenta que a ocupação e fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1565, acarretou a diáspora dos tamoios no sertão, chamando-se ararape a comunidade mais afastada do litoral:

Outra nação mora no Espírito Santo a que chamam Tememinó: eram contrários dos tupinaquins, mas já são poucos. Outra nação que se chama Tamoios, moradores do Rio de Janeiro, estes destruíram os portugueses quando povoaram o Rio, e deles há muitos poucos, e alguns que há no sertão se chamam ararape (CARDIM, 1925 [1583-1601], p. 197).

Cardim, por fim, após delimitar a colônia com os tupiniquins de São Vicente, que Anchieta chama de tupi de São Vicente, cita os carijós, que habitavam da região até o Paraguai, cujo projeto colonial era espanhol: “outra nação se chama carijó: habitam além de São Vicente como oitenta léguas, contrários dos tupinaquins de São Vicente; destes há infinidade e correm pela costa do mar e sertão até o Paraguai, que habitam os castelhanos” (CARDIM, 1925 [1583-1601], p. 197-198).

O projeto missionário na América portuguesa quinhentista desenvolveu-se com essas nações indígenas que tinham em comum a identidade cultural tupinambá e a mesma língua, com variantes regionais, como aponta Anchieta. Cardim informa-nos também que os indígenas que não utilizavam a mesma língua eram chamados de tapuias, sendo a comunidade linguística dos indígenas guaimurê, ou aimorê, notada próxima aos tupiniquins. Como resultado das primeiras décadas do projeto colonial, Cardim vê a diáspora indígena que leva suas comunidades costeiras sobreviventes à expansão colonial para os sertões.

A política missionária e as alianças com as comunidades linguísticas indígenas supracitadas foram efetivas, e os missionários eram designados pelos indígenas *abarê*, *abaré*, pai, sendo respeitados, conforme apresenta Cardim. Nesse sentido, o contato linguístico e a gramatização de uma língua de contato ainda em meados do século XVI permitiram essa interação intercultural, na formação da América portuguesa quinhentista, o que está registrado na gramática anchietana. O projeto colonial da América portuguesa quinhentista, de que resultou o Brasil, desenvolveu-se em um contexto intercultural, sob o signo da educação humanística renascentista, em uma sociedade ao mesmo tempo escravocrata, em que a língua indígena teve papel de intermediadora entre comunidades culturalmente diversas.

FROM POTIGUARES TO TAMOIOS: LINGUISTIC INDIGENOUS COMMUNITIES IN ARTE DE GRAMÁTICA DA LÍNGUA MAIS USADA NA COSTA DO BRASIL (ANCHIETA, 1595)

Abstract: This study, in the area of Missionary Linguistics (ML), a field of research related to the theoretical-methodological model of the discipline of Historiography of Linguistics (HL) in Brazil, has as its object of analysis the linguistic thought of S. José de Anchieta (1534-1597), author of the *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* [*Art of grammar of the most used language on the coast of Brazil*] (1595). We analyse the chapter “das Letras” (1, 4-5), from Anchieta’s grammar and the description of the linguistic communities related to the missionary policy, interpreting excerpts from the grammar and the delimitation between Potiguares and Tamoios, presented by the humanist and missionary.

Keywords: Missionary Linguistics. Linguistic Historiography. Grammaticography. *Monumenta* Anchieta. Renaissance humanism.

REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, M. *Libri tres de Institutione Grammatica* [1572]. Regii: Apud Davolium, 1823.
- ANCHIETA, J. de. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: António de Mariz, 1595.
- ANCHIETA, J. de. *Artes de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Introdução, tradução e notas Armando Cardoso. São Paulo: Loyola, 1990 [1595].
- ANCHIETA, J. de. *Manuscrito de Algorta*. Arquivo da Vice-Postulação no Brasil, 1934. (Fotocópia).
- ASSUNÇÃO, C.; TOYOSHIMA, M. A gramática de Álvares (1594): a edição de Amakusa. *Confluência*, Rio de Janeiro, número especial, p. 436-462, jun. 2021. DOI 10.18364/rc.2021nEsp.508. Acesso em: 26 jul. 2021.
- BATISTA, R. de O. *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019.
- BUESCU, M. L. C. *Historiografia da Linguística portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1984.
- CARDIM, F. *Tratados da terra e gente do Brasil* [1583-1601]. Rio de Janeiro: J. Leite, 1925.

- CAVALIERE, R. S. Gramaticografia da língua portuguesa no Brasil: tradição e inovação. *Limite*, n. 6, p. 217-236, 2012.
- COLOMBAT, B.; FOURNIER, J.-M.; PUECH, C. *Uma história das ideias linguísticas*. Tradução Jacqueline Léon, Marli Quadros Leite. São Paulo: Contexto, 2017.
- KALTNER, L. F. As ideias linguísticas no discurso De Liberalium Artium Studiis (1548). *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 56, p. 197-217, 2019a.
- KALTNER, L. F. O Brasil quinhentista e a Historiografia Linguística: interfaces. *Cadernos do CNLF (Cifefil)*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 424-439, 2019b.
- KALTNER, L. F. Monumenta Anchieta à luz da Historiografia Linguística: o trabalho filológico de Pe. Armando Cardoso, SJ (1906-2002). *Cadernos de Linguística da Abralin*, ano 1, n. 1, p. 1-15, 2020a.
- KALTNER, L. F. *O pensamento linguístico de Anchieta e de Carl von Martius*: estudos historiográficos. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020b.
- KALTNER, L. F. Por uma edição crítica da gramática de Anchieta (1595). *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 26, v. 2, n. 76, p. 717-731, set./dez. 2020c.
- KALTNER, L. F. Regna Brasillica: contextualização da Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595). *Revista da Abralin*, n. 19, p. 1-25, 2020d.
- KALTNER, L. F. The grammar corpus in the horizon of retrospection of S. José de Anchieta, SJ (1534-1597). *Global Journal of Human-Social Science: G Linguistics & Education*, Framingham, n. 20, p. 37-44, 2020e.
- KALTNER, L. F.; SANTOS, M. C. S. Schola Aquitanica e a gramática de Des-pauterius: intertextualidades. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 76, p. 750-759, 2020.
- KALTNER, L. F.; SANTOS, M. C. S.; TEIXEIRA, V. L. Gaspar da Índia: o língua e o Brasil quinhentista. *Confluência*, Rio de Janeiro, v. 57, p. 9-35, 2019.
- KOERNER, K. Questões que persistem em Historiografia da Linguística. *Revista da Anpoll*, n. 2, p. 45-70, 1996.
- MIRANDA, M. As artes do Real Colégio das Artes: entre sua matriz e outra. *Biblos*, Coimbra, n. 9, p. 11-31, 2011.
- NAVARRO, E. de A. *Dicionário tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo: Global, 2013.
- PLATZMANN, J. *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil, feita pelo Pe. Joseph de Anchieta [1595]*. Ed. fac-sim. Leipzig: Teubner, 1876.
- PLATZMANN, J. *Grammatik der Brasilianischen Sprache mit zugrundelung des Anchieta*. Leipzig: Teubner, 1874.
- RODRIGUES, A. D. I. *Phonologie der Tupinambá-Sprache*. 164f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Universidade de Hamburgo, Hamburgo, 1958.
- ROSA, M. C. *Uma língua africana no Brasil Colônia de Seiscentos: o quimbundo ou língua de Angola na Arte de Pedro Dias, S. J.* Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- SANTOS, M. C. S. dos. *Schola Aquitanica (1583): edição bilingue com comentários à luz da Historiografia Linguística*. 107f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 44-45, p. 39-59, 2013.

TUFFANI, E. Introdução ao tupi. *Confluência*, Assis, v. 1, n. 2, p. 97-108, 1994.

VARNHAGEN, F. A. de. *História do Brasil, antes de sua separação e independência de Portugal*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1877.

ZWARTJES, O. *Portuguese missionary grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800*. Amsterdam: John Benjamins, 2011.